

## CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

### Questão 1

Fernando é advogado no escritório F&B advocacia, e foi procurado por Clementina para defendê-la em uma ação por danos morais, causada na compra de uma eletrodoméstico na empresa eletroSA. Fernando de acordo com o código de ética deverá:

- a) Indicar a cliente que não procure mais a empresa e imediatamente ingresse com a ação.
- b) Estimular a conciliação entre sua cliente e a empresa.
- c) O Advogado deverá em benefício de sua cliente estimular a litigância.
- d) O Advogado poderá afirmar a cliente que não há risco de não obter êxito tendo em vista a gravidade do problema.

### Questão 2

Ismael é advogado regularmente inscrito na OAB e recentemente assumiu cargo público no Poder Judiciário, desta maneira Ismael ficará:

- a) Suspenso apenas no período que estiver exercendo função pública.
- b) Impedido totalmente de exercer suas funções de advogado.
- c) Proibido parcialmente do exercício da advocacia.
- d) Advogar somente em causa própria.

### Questão 3

Sérgio é professor do curso de Direito na Universidade Estadual de Londrina e Advogado na cidade. Ao ingressar na justiça em causa própria foi advertido pela OAB, pois foi informado que estaria impedido de exercer a advocacia por ser funcionário público. Marque a opção correta:

- a) Sérgio poderá advogar apenas em causa própria.
- b) Sérgio poderá advogar sem impedimento algum de acordo com o Estatuto.
- c) Sérgio poderá advogar apenas em causas que não seja vinculada a sua entidade empregadora.
- d) Sérgio não poderá advogar em nenhuma causa.

### Questão 4

Fernanda e Amanda são advogadas e trabalham em um mesmo escritório. Fernanda é servidora do Distrito Federal não enquadrada em hipótese de incompatibilidade. Já Amanda está de licença por requisição própria devidamente justificada. Diante do fato narrado, são válidos os atos praticados:

- a) Por Fernanda apenas.

- b) Por Fernanda e Amanda.
- c) Por Amanda apenas.
- d) Por nenhuma das duas advogadas.

**Questão 5**

A Advogada Mirela retirou do Fórum de Brasília mediante carga e pelo prazo de 10(dez) dias, os autos de um processo em que defendia. Decorridos os dez dias e embora intimada a devolver os autos, não o fez. Deste modo como se classifica o procedimento de Mirela:

- a) A advogada cometeu apenas uma infração disciplinar, prevista e punível pelo Estatuto da Advocacia e da OAB;
- b) A advogada, ao mesmo tempo, uma infração disciplinar, tipificada no Estatuto da Advocacia e da OAB, e um crime, tipificado no Código Penal;
- c) A advogada apenas violou dispositivo do Código de Processo Civil, ficando, em consequência, proibido de retirar novamente aqueles autos de Cartório;
- d) A advogada cometeu apenas um ato ilícito, previsto no Código Civil vigente, ficando, em consequência, obrigado a pagar perdas e danos.

**Questão 6**

Diógenes nunca foi punido disciplinarmente e atualmente foi processado pela OAB, sob a acusação de violação do sigilo profissional. Supondo que Diógenes seja condenado, qual será a pena aplicada a ele:

- a) Multa.
- b) Censura.
- c) Exclusão.
- d) Suspensão.

**Questão 7**

Mirian é advogada e foi condenada em processo disciplinar. No entanto Mirian apresentou interesse em recorrer da decisão proferida pelo Tribunal de Ética e Disciplina. Diante do fato narrado, cabe recurso para:

- a) O plenário do Conselho Seccional da OAB respectiva;
- b) Uma das turmas do Conselho Seccional da OAB respectiva;
- c) Uma das turmas do Conselho Federal;
- d) O Presidente do Conselho Seccional da OAB respectiva.

**Questão 8**

Fernando por motivos pessoais, não mais deseja continuar patrocinando uma causa. Nesse caso, com relação ao procedimento correto perante o seu cliente, ele deve:

- a) Renunciar ao mandato e continuar representando o autor até ele constituir um novo advogado.
- b) Fazer um substabelecimento sem reservas de poderes para outro advogado e depois comunicar tal fato ao cliente.
- c) Comunicar ao cliente a desistência do mandato e funcionar no processo nos dez dias subsequentes, se necessário.
- d) Comunicar ao autor a desistência do mandato e indicar outro advogado para substituí-lo.

## FILOSOFIA DO DIREITO

### Questão 09

*“(...) a felicidade dos indivíduos de que se compõe uma comunidade – isto é, os seus prazeres e a sua segurança – constitui o objetivo, o único que o legislador deve ter em vista, a única norma em conformidade com a qual todo indivíduo deveria, na medida em que depende do legislador ser obrigado a pautar o seu comportamento.” (Jeremy Bentham)*

Jeremy Bentham é reconhecido como fundador do utilitarismo, corrente filosófica que repercutiu em diversos campos, acerca de suas considerações sobre o utilitarismo marque a assertiva correta:

- a) O utilitarismo é uma ética normativa que considera correta se uma ação colabora para a felicidade individual, assim a conduta de um indivíduo egoísta estaria em consonância com a proposta da corrente.
- b) Para o utilitarismo a melhor solução para um problema social e político é aquela que promove os interesses dos membros da sociedade considerando-os individualmente.
- c) Um dos temas centrais do utilitarismo é a liberdade, que deverá ser defendida pelo direito e pela moral, pois serve como critério para determinar aquilo que possui utilidade.
- d) Para o utilitarismo o objetivo que caracterizaria a legislação é o aumento da felicidade global da coletividade, excluindo na medida no possível tudo o que é pernicioso.

### Questão 10

O pensamento contratualista tem grande importância para o estudo do Direito porque busca explicações teóricas sobre quais seriam os fundamentos da organização político-social do Estado. Entre os autores que buscaram fundamentar o Estado por meio de hipóteses contratualistas está Thomas Hobbes. Sobre este autor marque a assertiva adequada ao seu pensamento:

- a) O contrato social nasce em razão da natureza perversa dos homens, de modo que é preferível um soberano do que a tirania de todos.

- b) O contrato social surgiu para a defesa dos direitos naturais, deste modo o homem entrega parte de sua liberdade em um processo de cooperação para com o governante em vista do Estado Civil.
- c) O contrato social é um pacto social, no qual os membros se colocam sob a direção da vontade geral, assim integram uma parte indivisível do todo, sem a renúncia da liberdade.
- d) O Estado Civil representa a guerra de interesses entre os indivíduos, apenas o pacto social pode dirimir esses conflitos configurando o Estado de Natureza.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### Questão 11

Alguns deputados federais integrantes do partido político “Brasil democrático” realizaram uma consulta jurídica acerca da possibilidade de se alterar a forma de estado adota pela CRFB/88. Em resposta, foi informado aos parlamentares que nosso ordenamento jurídico não permite tal modificação, tendo em vista que a forma de Estado se consubstancia em cláusula pétrea. Isto posto, é correto afirmar que a forma de Estado, na qualidade de princípio fundamental previsto na Constituição de 1988 é a:

- a) a república;
- b) o presidencialismo;
- c) a federação;
- d) a democracia.

### Questão 12

Em 2018, o Presidente da República Federativa do Brasil acabou celebrando um tratado internacional que se comprometia a oferecer condições mais dignas e adequadas às gestantes que se encontram no regime de cumprimento de pena. Tal iniciativa, visou alinhar-se à nova sistemática internacional acerca da matéria. Cumpre destacar que o referido tratado foi aprovado pelas Casas do Congresso Nacional, vindo posteriormente a ser promulgado na ordem jurídica interna. À luz da sistemática constitucional, pode-se afirmar que o tratado internacional assim aprovado é equivalente:

- a) à lei ordinária, pois todo tratado internacional possui essa natureza jurídica;
- b) ao ato nulo, pois somente o Senado Federal possui competência para aprovar tratado internacional;
- c) à emenda constitucional, desde que aprovado em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros das Casas legislativas;
- d) à lei complementar, desde que aprovado pela maioria absoluta dos membros das Casas.

### Questão 13

Após requerimento de 1/3 da câmara dos deputados, foi instituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito tendo como objeto a identificação de possíveis e eventuais irregularidades praticadas por gestores no âmbito da administração pública federal fazendária. Do ato de criação da CPI, constou que o inquérito legislativo ocorreria por tempo indeterminado, além da comissão parlamentar atuar com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Entendendo que a criação da referida comissão violava valores constitucionais, o Partido Político “Brasil Melhor” solicitou parecer jurídico de você, na qualidade de advogado constitucionalista. Nesse sentido, é possível afirmar que:

- a) apenas o prazo de funcionamento da CPI é irregular;
- b) apenas o objeto da CPI apresenta irregularidade;
- c) apenas os poderes de investigação da CPI e o quórum de criação são irregulares;
- d) apenas o objeto e o prazo de funcionamento da CPI são irregulares.

**Questão 14**

O Juiz federal Renato proferiu uma sentença nitidamente contrária à Súmula Vinculante nº. 38 do STF que diz ser “competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial”. De acordo com a Constituição Federal de 1988, na qualidade de advogado, é possível afirmar que o meio mais adequado para cassar a referida decisão e obter um novo provimento jurisdicional é:

- a) o recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal;
- b) o recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça;
- c) o recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça;
- d) a reclamação ao Supremo Tribunal Federal.

**Questão 15**

No exercício de 2018, a Câmara dos Deputados acabou admitindo a acusação contra o Presidente de República, em votação de dois terços de seus integrantes, tendo em vista a grave denúncia de prática de crime de responsabilidade. De acordo com o que assevera a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do STF, é possível afirmar que o afastamento do Presidente do exercício de seu mandato:

- a) caberá à Câmara dos Deputados após juízo de admissibilidade;
- b) caberá ao Supremo Tribunal Federal após a instauração do processo;
- c) dependerá da instauração do processo pelo Senado após juízo de admissibilidade desta casa;
- d) dependerá de decisão conjunta da Câmara e do Senado.

**Questão 16**

Em outubro de 2018, o Procurador-Geral da República decidiu propor uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal em face da lei federal XYZ de 1982, alegando que a referida norma viola o art. 5º, inciso LIV da CRFB/88, que estabelece que

“ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”. Isto posto, de acordo com o caso com a situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) Diante da existência do chamado princípio da fungibilidade, o Supremo poderá conhecer a ADI (do ponto de vista processual) como Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF);
- b) O PGR República não possui a qualidade de legitimado para propor uma ADI;
- c) A lei federal XYZ não pode ser objeto de ADI, sendo o Mandado de Segurança o meio mais adequado para contestar a sua validade em sede de processo objetivo;
- d) O STF poderá examinar a constitucionalidade da lei federal XYZ em sede de ADI, uma vez que ela viola a cláusula pétrea do devido processo legal.

### Questão 17

De acordo com o que assevera a CRFB/88, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida:

- a) pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- b) pelo Supremo Tribunal Federal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Congresso Nacional.
- c) pela Câmara dos Deputados, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.
- d) pelo Senado Federal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Congresso Nacional.

## DIREITOS HUMANOS

### Questão 18

Ana e Paulo, durante um debate na faculdade de direito, discutiram a respeito do conceito de cidadania, que é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, de acordo com o inciso II do art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil. Paulo defendia que todo brasileiro é cidadão, enquanto Ana destacava a necessidade de serem preenchidos requisitos para a obtenção da cidadania.

A esse respeito, é correto afirmar que:

- a) Ana está errada, pois a cidadania surge e se perpetua com o nascimento;
- b) Paulo está errado, pois é possível existir um brasileiro que não seja cidadão;
- c) Paulo está certo, pois é a cidadania que permite a aquisição da nacionalidade brasileira;
- d) Ana está certa, pois é preciso que a cidadania seja deferida pelo Ministro da Justiça;

**Questão 19**

João foi arbitrariamente preso e, no decorrer do processo judicial, foram cometidos diversos atos que violavam as garantias processuais previstas em nosso ordenamento. Mesmo assim, João foi condenado e se encontra preso. Após inúmeros recursos sem sucesso perante a Justiça Brasileira, João resolve recorrer à ONU, alegando violação das garantias processuais previstas na Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH.

Quanto às garantias processuais previstas na DUDH, assinale a alternativa correta:

- a) Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente até a instauração do processo, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.
- b) Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituía delito perante o direito nacional ou internacional. Contudo, poderá ser imposta pena mais grave do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.
- c) Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.
- d) ninguém será arbitrariamente preso, mas poderá ser detido para prestar informações.

**DIREITO INTERNACIONAL****Questão 20**

O Estatuto da corte Internacional de justiça nos traz em seu artigo 38 os instrumentos aptos a criar normas jurídicas, são elas:

- a) As convenções Nacionais, o costume internacional, os princípios gerais do direito e, por fim, a doutrina e jurisprudências.
- b) As convenções internacionais, o costume internacional, os princípios gerais do direito e, por fim, a doutrina e jurisprudências.
- c) As convenções internacionais, o costume nacional, os princípios básicos do direito e, por fim, a doutrina e jurisprudências.
- d) As convenções internacionais, o costume internacional, os princípios gerais do direito e, por fim, a doutrina e jurisprudências.

**Questão 21**

O primeiro modo para começar a classificar os tratados, trata sobre o número de partes contratantes, podendo ser:

- a) Bilaterais ou multilaterais.
- b) Unilaterais e bilaterais.

- c) Somente Bilaterais.
- d) Somente Multilaterais.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

### Questão 22

A pessoa jurídica XPTO foi autuada pela União Federal por falta de declaração e recolhimento do IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Por entender que a autuação está incorreta ingressou, imediatamente, com impugnação administrativa tempestiva objetivando o seu cancelamento. Considerando que a impugnação foi apresentada tempestivamente e que ainda pende de decisão, a contribuinte terá direito à expedição de uma Certidão:

- a) Não terá direito à certidão.
- b) Positiva.
- c) Negativa.
- d) Positiva com Efeito de Negativa.

### Questão 23

Determinado Município ajuizou processo de Execução Fiscal em face de uma pessoa jurídica objetivando a cobrança de débitos de ISS regularmente declarados e não recolhidos. No curso do processo ficou comprovado que a executada encerrou as suas atividades no local onde estava estabelecida e que não comunicou tal fato aos órgãos competentes. Diante disso o Município pediu a inclusão do administrador da pessoa jurídica no polo passivo da execução, o que foi deferido pelo Juiz. Limitando-se somente aos dados apresentados, é correto afirmar que:

- a) O administrador não poderia ter sido incluído no polo passivo da ação.
- b) O administrador poderia ter sido incluído no polo passivo da ação somente se a exequente tiver produzido prova de sua má-fé em mudar de endereço para fraudar o pagamento dos tributos devidos.
- c) O encerramento das atividades da pessoa jurídica sem a comunicação aos órgãos competentes autoriza a inclusão do administrador no polo passivo da ação.
- d) A inclusão do administrador no polo passivo da ação estará correto somente se esse for sócio da pessoa jurídica.

### Questão 24

O Município Z aprovou lei concedendo isenção total de IPTU pelo prazo de 10 (dez) anos às pessoas jurídicas que se estabelecerem em seu território e que criarem e mantiverem ao longo desse período, no mínimo, 50 (cinquenta) novos postos de trabalho. A empresa XPTO cumpriu tais requisitos e teve reconhecida a sua isenção, estando no gozo do benefício há

2 (dois) anos. Agora o atual prefeito pretende que a Câmara de Vereadores aprove Projeto de Lei revogando tal benefício. Sobre a hipóteses, está correto o que se afirma em:

- a) Mesmo que se revogue a lei concessiva da isenção, a empresa XPTO tem direito adquirido ao benefício, e deverá gozá-lo pelo tempo restante, até que se completem os 10 (dez) anos, desde que mantenha a condição.
- b) A empresa XPTO não tem direito adquirido ao benefício, pois tendo sido concedido por meio de lei, poderá ser revogado, a qualquer momento, inclusive para as empresas já no gozo da isenção, desde que por outra lei de idêntica hierarquia.
- c) Acaso a lei concessiva da isenção seja revogada, a empresa XPTO deverá voltar a recolher o IPTU, gradativamente, no prazo de até 5 (cinco) anos.
- d) A lei concessiva da isenção é absolutamente irrevogável.

**Questão 25**

A pessoa jurídica A foi incorporada pela pessoa jurídica B. Posteriormente à operação de incorporação a Fazenda do Estado apurou crédito tributário de ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços, multa moratória e multa punitiva devidos pela pessoa jurídica A, cujos fatos geradores eram anteriores à data da incorporação. Diante da hipóteses, assinale a alternativa correta:

- a) O imposto e as multas não poderão mais ser cobrados, pois houve a extinção da devedora pelo ato de incorporação.
- b) O imposto e as multas devem ser cobrados da pessoa jurídica B.
- c) O imposto e as multas devem ser cobrados dos antigos sócios pessoa jurídica A.
- d) O imposto e a multa moratória devem ser cobrados da pessoa jurídica B, mas a multa punitiva não, em razão da pessoalidade da pena.

**Questão 26**

Epaminondas apresentou Exceção de Pré-executividade após ser citado em processo de Execução Fiscal, argumentando que o débito objeto da cobrança estava extinto pela prescrição. Muito embora o seu argumento esteja correto, o Juiz competente rejeitou a Exceção de Pré-executividade, sobre o fundamento de que a defesa deveria ter sido apresentada por meio de Embargos à Execução Fiscal, após a garantia do juízo. Inconformado, Epaminondas poderá interpor o seguinte recurso, com vistas à reforma da decisão em questão:

- a) Apelação.
- b) De ofício.
- c) Ordinário.
- d) Agravo de Instrumento.

**DIREITO ADMINISTRATIVO****Questão 27**

Enquanto a dispensa de licitação pressupõe uma licitação possível, mas que a legislação permite ao Administrador Público não a realizar, a inexigibilidade pressupõe uma concorrência impossível por faltar um dos pressupostos da licitação.

Com base neste raciocínio, assinale a alternativa correta.

- a) a contratação de serviços de publicidade e divulgação poderá ser feita através de procedimento que reconheça a inexigibilidade.
- b) eventual contratação por dispensa ou inexigibilidade dispensa também a formação de um processo administrativo.
- c) a contratação por meio de inexigibilidade só é possível se relacionada a serviços artísticos, vedada em qualquer outra hipótese.
- d) é dispensável a licitação para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

**Questão 28**

Ônibus da concessionária de transporte público do Município de Tão Tão Distante derrapa na pista e acaba atropelando pedestre que estava atravessando a rua na faixa de pedestres. No momento da colisão, alguns passageiros que estavam em pé no ônibus foram arremessados no chão e sofreram várias lesões. O pedestre atropelado sofreu grava trauma na coluna e precisou ficar internado por 20 dias.

Em relação à situação, assinale a alternativa que indique corretamente a responsabilidade da empresa concessionária no caso:

- a) a concessionária responde de forma subjetiva, devendo ser analisado o grau das lesões dos passageiros e do pedestre para que seja determinado se a empresa deverá indenizar os mesmos.
- b) a responsabilidade é objetiva, mas apenas em relação aos passageiros, usuários do transporte público, cabendo ao pedestre atropelado comprovar a culpa da empresa.
- c) a responsabilidade da empresa é objetiva em ambos os casos, aplicando-se tal entendimento tanto em relação aos passageiros como também ao pedestre atropelado.
- d) a empresa não é obrigada a indenizar os passageiros que estavam em pé e caíram devido à colisão, visto que estariam desrespeitando as normas de segurança no trânsito.

**Questão 29**

Um instrumento de desenvolvimento de políticas públicas que vem sendo constantemente utilizado pela Administração, até para reduzir o valor do investimento inicial por parte do

Poder Público, tem sido a Parceria Público-Privada. Sobre estas, assinale a alternativa correta.

- a) Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou comum.
- b) Concessão administrativa é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- c) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).
- d) Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

### Questão 30

A organização da administração pública é fenômeno bastante estudado pela doutrina administrativista, sendo certo que o Estado tanto pode atuar por meio da Administração Direta, como por meio da Administração Indireta.

As empresas públicas e sociedades de economia mista são entes que compõem a chamada administração indireta. Sobre elas, assinale a alternativa correta:

- a) Não poderá ser indicado para o Conselho de Administração e para a diretoria de empresa pública titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciado do cargo.
- b) as empresas públicas são consideradas pessoas jurídicas de direito público e as sociedades de economia mista, pessoas jurídicas de direito privado.
- c) Não há possibilidade de fiscalização das empresas públicas ou sociedades de economia mista pelo Tribunal de Contas da União.
- d) as empresas públicas e sociedades de economia mista, por serem constituídas com capital público, são consideradas pessoas jurídicas de direito público.

### Questão 31

Paulo, influente crítico gastronômico paranaense é também professor da Universidade Federal do Paraná com lotação em Curitiba, com carga horária de 20 horas semanais. Considerando que Paulo acaba de ser aprovado no concurso de juiz estadual do TJPR, com carga horária de 40 horas semanais, assinale a alternativa correta:

- a) Paulo não poderá cumular os cargos públicos de Professor e de Juiz estadual, uma vez que sua atuação privada como crítico gastronômico prejudicaria o desempenho de suas funções públicas.
- b) Paulo poderá cumular os dois cargos públicos, desde que abdique totalmente de viagens internacionais para degustação de cardápios, ainda que esta atividade seja privada e feita durante as férias dos cargos públicos.

- c) Paulo poderá cumular os dois cargos públicos, por expressa permissão constitucional, considerando que a soma da carga horária dos órgãos públicos não ultrapassa o limite tido por tolerável pelos órgãos de controle.
- d) A legislação brasileira veda totalmente a cumulação de qualquer cargo público.

**Questão 32**

Francisco estacionou seu carro em cima de uma calçada exatamente no rebaixamento que permite a passagem de cadeirantes. Um guarda municipal passava neste exato momento e determinou a remoção do veículo de Francisco por meio de um reboque. Neste caso, a atuação do poder público foi:

- a) lícita, uma vez que baseada no Poder de Polícia que goza do atributo da autoexecutoriedade, não dependendo de prévia autorização judicial para dar cumprimento às suas determinações.
- b) ilegal, devendo o agente público esperar ao lado do automóvel até o retorno do motorista para então aplicar-lhe uma sanção de advertência.
- c) ilegal, uma vez que o agente público não pode determinar a remoção do automóvel sem antes oportunizar ao motorista o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- d) legal, uma vez que a presunção de legitimidade dos atos administrativos não admite prova em sentido contrário, se houver sido devidamente documentado.

**DIREITO AMBIENTAL****Questão 33**

Sr. Florestaldo da Silva consulta seu advogado para se certificar de que a situação do imóvel rural, localizado em Viçosa, Minas Gerais, está regular e atendendo às exigências do Novo Código Florestal.

Sr. Florestaldo informa que não fez o cadastro do imóvel rural no CAR e também não delimitou a área de reserva legal.

Neste caso, assinale a alternativa correta:

- a) O Cadastro Ambiental Rural é obrigatório e o proprietário do imóvel deve manter no mínimo 20% da propriedade a título de reserva legal.
- b) O Cadastro é facultativo e o proprietário do imóvel deve manter no mínimo 20% da propriedade a título de reserva legal.
- c) O cadastro é obrigatório, mas a instituição da reserva legal é dispensável.
- d) O cadastro é obrigatório e o proprietário do imóvel deve manter no mínimo 80% da propriedade a título de reserva legal.

**Questão 34**

Proprietário de imóvel voluntariamente instituiu servidão ambiental em sua propriedade no intuito de preservar os recursos ambientais existentes.

Neste caso, assinale a alternativa correta:

- a) A servidão ambiental não se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.
- b) O instrumento ou termo de instituição da servidão ambiental dispensam a averbação na matrícula do imóvel no registro de imóveis competente.
- c) A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a área de preservação permanente.
- d) O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 20 anos.

## DIREITO CIVIL

### Questão 35

Flávio, menor impúbere, pleiteia alimentos do pai, César, representado por sua mãe, tão logo nasce, em 2003. A sentença que determina o pagamento dos alimentos é proferida em 2006, mas o trânsito em julgado ocorre apenas em 2010, depois de diversos recursos. Apesar da procedência da demanda, sua mãe, Claudia, não cobra os alimentos do genitor. Ao completar 18 anos, Flávio pretende cobrar os alimentos devidos pelo, pelo que pode cobrar:

- a) todos os valores devidos desde a propositura da demanda, em 2003.
- b) todos os valores devidos desde a sentença, proferida em 2006.
- c) apenas os valores compreendidos a partir de 2019, ano no qual se tornou relativamente incapaz, correndo a prescrição a partir daí.
- d) apenas os valores relativos aos dois últimos anos, estando prescritos os anteriores.

### Questão 36

Janaína e Sandro se divorciaram em 2016. Fixou-se no acordo judicial que Sandro prestaria alimentos até que ela concluísse a faculdade que havia começara a cursar dois anos antes. Em 2017, Sandro se casou e logo nasceu Ana, fruto de seu relacionamento com Pietra. Em 2018, ainda cursando a faculdade, Janaína passa a manter uma relação extraconjugal pública com Pedro, casado com Gisele. A respeito da situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) Com o casamento de Sandro cessa o dever alimentar deste em relação a Janaína, já que ele terá de sustentar o novo cônjuge varoa.
- b) Apesar de o casamento não alterar o dever alimentar, ele cessa em virtude do nascimento de Ana, tendo em vista que a possibilidade de Sandro é extremamente reduzida.

- c) A relação concubinária de Janaína com Pedro faz cessar o dever alimentar de Sandro.
- d) Apesar de Sandro ter se casado com Pietra e de Janaína manter relação extraconjugal com Pedro, não cessa o dever alimentar daquele, dado o acordo celebrado entre as partes.

**Questão 37**

Genivaldo Pereira Siqueira Moreira Oliveira é casado com Ana Maria Ackerman Weffort Pereira Siqueira Moreira Oliveira. Após se divorciarem, Genivaldo pretende contrair novo matrimônio, que poderá ser celebrado entre ele e:

- a) Luciane, filha de Ana Maria com Sílvio, porque com este sempre coabitou, inexistindo relação de socioafetividade com Genivaldo.
- b) Francisca, mãe de Ana Maria, mas que com o casal nunca conviveu, por ter morado até recentemente nos EUA.
- c) Cândida, irmã adotiva de Genivaldo, pois nunca conviveram, tendo em vista que ele saiu de casa antes da adoção dela.
- d) Florinda, irmã de Ana Maria, e madrinha de batismo dos dois filhos de Genivaldo e Ana Maria.

**Questão 38**

A sociedade empresarial Roserval Comércio de Adubo Natural LTDA – RCAN resolveu expandir seus negócios para além do Estado de Minas Gerais. No entanto, dada a pouca experiência da área de vendas, resolveu contratar agentes e distribuidores locais. Com isso, consegue ampliar a venda de seus produtos a baixo custo e sem precisar contar com pessoal próprio. Um dos primeiros a contratar com a sociedade empresarial RCAN foi Rolando. No contrato acordado entre as partes, estará presente cláusula que prevê:

- a) a possibilidade de Rolando agenciar negócios de maneira ocasional, porque esse contrato pode ser estabelecido em caráter eventual.
- b) a necessidade de Rolando adquirir os produtos para depois de pago o preço revendê-los, já que o contrato não corre à conta de RCAN.
- c) a representação de RCAN por Rolando, sendo que esse contrato exige, pela natureza, poderes de representação.
- d) a possibilidade de Rolando não apenas vender os produtos como também os entregar, caso ele tenha os produtos da RCAN à disposição.

**Questão 39**

Mário pretende estabelecer um testamento para evitar discussões entre seus familiares depois de sua morte. Por isso, ele consulta você para que o oriente a respeito das disposições testamentárias que tem em mente. Você, depois da explanação de Mário, afirma que ele pode incluir no testamento cláusula que inclua:

- a) a legítima dos herdeiros necessários, pois ele pode dispor da metade indisponível de seu patrimônio, relativamente a certos herdeiros necessários.

- b) disposições de caráter não patrimonial, ainda que ele se limite a esse tipo de disposição.
- c) disposições sobre parte de seus bens para logo antes que venha a falecer.
- d) cláusula impedindo a alteração de uma declaração de vontade, dado que o testamento é ato personalíssimo.

**Questão 40**

Rafaela herdou um terreno de sua tia, que morava em Cuiabá. Como mora em Salvador, ela tem dificuldade em cuidar do terreno, dada a distância. Como, porém, pretende morar em Cuiabá após finalizar seu curso superior, não quer se desfazer do terreno. Ela sabe que a região na qual o terreno está situado fica numa área que recentemente passou por diversas invasões. Por isso, estabelece contrato de superfície com Marina, pelo prazo de 10 anos. Nesse caso,

- a) ao final do prazo, Marina perderá em favor de Rafaela o imóvel que construiu, sem direito a qualquer indenização.
- b) se Marina usar o imóvel para fim diverso do estabelecido, não perde o direito, já que o contrato tem prazo determinado.
- c) Marina pode edificar livremente no subsolo.
- d) Rafaela poderá retomar o terreno com a morte de Marina, já que o contrato é personalíssimo.

**Questão 41**

Ricardo, animado com o empenho de seu sobrinho, Marcos, nos estudos na faculdade de direito, resolve presentear-lo com um Curso para a 1ª Fase do Exame da OAB. Ao pesquisar no mercado, viu que o melhor curso disponível era o do Estratégia Concursos. Adquiriu o pacote, estabelecendo, no contrato, estipulação em favor de Marcos. Caso o Estratégia não fornecesse o material a Marcos,

- a) tanto Ricardo quanto Marcos poderiam exigir o cumprimento da avença, ainda que este não tenha sido parte no contrato em questão.
- b) apenas Ricardo poderia exigir o cumprimento do pacto, já que ele é o estipulante, sendo vedado a Marcos fazê-lo.
- c) Ricardo não poderia exigir o cumprimento da avença, pois, apesar de ser o comprador, a estipulação foi feita em favor de Marcos, que, a partir de então, assume o lugar daquele.
- d) Ricardo não poderia exigir o cumprimento da avença, porque somente o beneficiário tem esse direito.

**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE****Questão 42**

Joana possui uma filha de 6 anos, que até então ficava sob seus cuidados em casa. Devido a problemas financeiros na família, Joana precisou trabalhar e resolveu que deixaria sua filha na creche.

Diante dessa situação, assinale a alternativa.

- a) A filha de Joana não tem direito ao atendimento em creche, assegurado apenas para crianças entre zero e três anos.
- b) A filha de Joana tem direito ao atendimento em creche ou pré-escola, assegurado apenas para crianças entre zero e seis anos.
- c) A filha de Joana tem direito ao atendimento, pois ele é destinado a pessoas de comprovada baixa renda.
- d) A filha de Joana não tem direito ao atendimento em creche e pré-escola, pois ele se destina a crianças de zero a cinco anos.

### Questão 43

José, 15 anos, cometeu ato infracional ao roubar a padaria da esquina de sua casa. Durante o assalto, José agrediu o caixa da panificadora e atirou na perna esquerda de um dos empregados do estabelecimento. Diante da violência empregada no ato, o Juiz da Infância determinou a pena de internação.

Tendo em vista as normas aplicadas à pena de internação, assinale a alternativa correta.

- a) A internação é medida excepcional que deve ser reavaliada a cada ano.
- b) A internação não pode, em nenhuma hipótese, ultrapassar o período máximo de três anos.
- c) A medida de desinternação é determinada pela autoridade judicial, sem necessidade de oitiva do Ministério Público.
- d) O adolescente em cumprimento de medida de internação, terá liberação compulsória aos dezoito anos.

## DIREITO DO CONSUMIDOR

### Questão 44

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- a) O fornecedor de produtos e serviços responde pela qualidade destes desde que seja demonstrada sua culpa, nexu causal e o dano ao consumidor.
- b) O fornecedor de produtos responderá pelos danos causados aos consumidores, ainda que demonstre que eventual dano ocorrera por culpa exclusiva da vítima.
- c) Os fornecedores respondem subsidiariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido

for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária.

d) Na atividade empresarial, a ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação do produto e serviços não o exime de responsabilidade.

**Questão 45**

A sociedade empresária SIGMA LTDA causou grande prejuízo aos consumidores quando importou um novo aparelho celular e o colocou para venda no mercado. Alguns aparelhos, após 30 dias de uso, simplesmente explodiram e causaram vários danos aos consumidores, chegando a causar o óbito de duas crianças. Ao ajuizarem ações de reparação por danos, os consumidores obtiveram êxito na justiça, mas a sociedade empresária não mais possuía bens e renda suficiente para arcar com estas condenações. Com base nas disposições da Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) analise as proposições abaixo e indique a alternativa correta.

a) Não é possível à luz do CDC a desconsideração da personalidade jurídica da Sociedade SIGMA LTDA.

b) Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica da sociedade toda vez que sua manutenção for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

c) O juiz apenas poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

d) Ainda que em benefício do consumidor é vedada, expressamente, contudo, a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade pelo juiz após ter sido decretada a sua falência, diante da necessidade de formação do concurso universal junto ao Juízo Falimentar para tratamento isonômico de todos os credores da sociedade de acordo com a preferência de seus créditos.

**DIREITO EMPRESARIAL****Questão 46**

Das alternativas abaixo, assinale a opção que apresenta a denominação dada a pessoa capaz ordenada ao exercício profissional de atividade economicamente organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços.

a) sociedade anônima.

b) sociedade limitada.

c) empresa.

d) empresário.

**Questão 47**

Companhia aberta, por meio de deliberação em assembleia geral ordinária e sem posição de qualquer acionista presente, deliberou a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório a seus acionistas. A justificativa foi a necessidade de captação de recursos por meio da emissão de debêntures não conversíveis em ações.

Juninho, acionista ausente da deliberação, questiona sua validade por se tratar de pagamento de dividendo inferior ao obrigatório, que, a seu ver, dependeria de alteração estatutária, o que, de fato, não ocorreu.

Acerca dessa situação e da deliberação assemblear, assinale a afirmativa correta.

- a) A deliberação é nula, por ter violado o direito essencial do acionista de participar dos lucros sociais.
- b) A deliberação é válida, porque qualquer companhia, aberta ou fechada, pode distribuir dividendo inferior ao obrigatório.
- c) A deliberação é anulável, por se tratar de violação a direito patrimonial de cunho disponível de acionista.
- d) A deliberação é válida, por ter sido aprovada por todos os presentes e estar motivada na emissão de debêntures não conversíveis em ações.

#### **Questão 48**

José consultou seu advogado com o intuito de constituir uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI.

Com base na legislação aplicável à EIRELI, assinale a opção que apresenta a resposta correta dada pelo advogado.

- a) O administrador da EIRELI deverá ser nomeado no ato constitutivo e será apenas o sócio, seu cônjuge ou parente até o 3º grau dessas pessoas.
- b) O ato constitutivo da EIRELI deverá ser arquivado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, independentemente do objeto.
- c) As deliberações infringentes da lei que Almino José vier a tomar acarretarão sua responsabilidade ilimitada pelas obrigações da pessoa jurídica.
- d) Caso a receita bruta anual da EIRELI seja inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), será possível enquadrá-la como microempreendedor individual (MEI).

#### **Questão 49**

A Comissão de Valores Mobiliários recebe denúncia protocolizada por Gabriel, acionista da Sociedade KLS S.A, companhia de capital fechado, por funcionar sem a constituição do Conselho de Administração.

Considerando as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/1976), a denúncia será:

- a) arquivada, porque sua criação não é obrigatória para a administração das sociedades, seja para aquelas de capital aberto ou fechado;

- b) arquivada, porque a criação do Conselho de Administração só é necessária para funções executivas quando se tratar de sociedade anônima de capital fechado;
- c) acolhida, porque a criação do Conselho de Administração, em se tratando de sociedade anônima de capital fechado, é órgão imprescindível à sua administração;
- d) arquivada, porque a criação do Conselho de Administração não é obrigatória, por se tratar a sociedade denunciada de sociedade anônima de capital fechado.

**Questão 50**

Em relação aos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- a) Os direitos de propriedade industrial são considerados bens móveis.
- b) Para que uma invenção seja patenteável, é necessário que ela atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.
- c) A vigência da patente de invenção perdura por 20 (vinte) anos, contados da data de depósito, ao passo que a patente de modelo de utilidade vigora por 15 (quinze) anos, igualmente contados da data de depósito.
- d) O prazo para a propositura de ação de nulidade da patente é de 2 (dois) anos após o início da vigência da patente.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL****Questão 51**

Durante um tumulto generalizado em um show de rock, Henrique recebeu um violento chute pelas costas, que lhe causou grave lesão nas costelas. Acreditando que o golpe foi proferido por um antigo rival, que se aproveitou da situação, Henrique ajuizou em face dele demanda em que pleiteava a sua condenação ao pagamento de verbas reparatórias de danos morais. Citado, Pedro – o inimigo -, no prazo legal, ofereceu a sua peça contestatória, alegando que não fora o autor do golpe, mas sim Luiz, que o acompanhava na festa. Encerrada a fase instrutória, a alegação defensiva de Pedro foi comprovada. Nesse caso, assinale a alternativa que contém a decisão a ser tomada no processo:

- a) o processo deverá ser extinto sem resolução do mérito, em razão da ilegitimidade passiva ad causam.
- b) o processo deverá ser extinto com resolução do mérito, julgando-se improcedente o pedido.
- c) o réu deverá ser intimado para promover a denúncia da lide em relação a Luiz, o real agressor.
- d) o processo deverá ser extinto sem resolução do mérito, em razão da ausência de interesse de agir.

**Questão 52**

De acordo com o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, previsto no CPC, assinale a alternativa correta:

- a) O procedimento é cabível na fase de sentença e cumprimento de sentença, mas não na fase de execução fundada em título extrajudicial.
- b) Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 10 dias.
- c) O incidente de desconsideração será decidido apenas em sentença.
- d) A instauração do incidente será imediatamente comunicada ao distribuidor para as anotações devidas.

**Questão 53**

Citado para apresentar contestação em uma ação de cobrança, o réu alega a incompetência absoluta do juízo. Tal irresignação constitui uma:

- a) uma defesa indireta de mérito;
- b) uma defesa preliminar;
- c) uma defesa direta de mérito;
- d) uma questão prejudicial.

**Questão 54**

Joaquim propôs ação contra Alex para pleitear o pagamento de danos materiais e morais decorrentes de um acidente automobilístico. A sentença julgou improcedente o pedido e, após recurso, manteve-se a decisão *a quo*, que transitou em julgado. Um ano após, ao conversar com um amigo advogado, Joaquim se deu conta de que o Juízo que proferiu a decisão foi absolutamente incompetente e resolveu propor ação rescisória.

Quanto à ação rescisória, assinale a alternativa correta.

- a) Não é cabível nesse caso, pois caberá ação rescisória, em relação ao juízo, somente no caso de impedimento. A incapacidade enseja nulidade da ação e não ação rescisória.
- b) Deverá atacar todos os pontos discutidos na ação rescindenda, não podendo se limitar a apenas um, ou alguns, capítulos da decisão.
- c) O Ministério Público tem legitimidade para propor a ação rescisória, se não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.
- d) A propositura da ação rescisória impede o cumprimento da decisão rescindenda.

**Questão 55**

Paloma ingressa com a ação para cobrança de título extrajudicial perante Paulo. Durante o processo, Paulo alega que o título não se caracteriza como título extrajudicial. O Juiz deve apreciar se se trata de título extrajudicial ou não.

Assim, constitui título executivo extrajudicial, exceto:

- a) o documento particular, desde que assinado pelo devedor e por uma testemunha;

- b) o contrato de seguro de vida, no caso de óbito;
- c) a certidão de Dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.
- d) o crédito referente a contribuições de condomínio edilício, previstas na convenção ou aprovadas em assembleia, desde documentalmente comprovados;

**Questão 56**

Bernardo, companheiro de Maria Lúcia, após o falecimento repentino da sua companheira, requer a abertura do inventário. Sua enteada, Isabela, indignada com a abertura imediata do inventário após a morte da mãe, impugna a ação, alegando falta de legitimidade da parte autora.

Diante disso, não possui legitimidade para a abertura do inventário:

- a) o herdeiro.
- b) o cônjuge ou companheiro supérstite.
- c) o credor do autor da herança.
- d) o órgão judicial, *ex officio*.

**Questão 57**

Luiza propõe ação no Juizado Especial Cível contra Felipe, cobrando os serviços prestados em uma festa de casamento. Felipe apresenta defesa alegando que o serviço foi mal prestado e que, por isso, não efetuou o pagamento.

Sobre os Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar que:

- a) pode figurar como parte do processo o menor absolutamente incapaz, desde que representado por um dos pais ou pelo tutor;
- b) é admissível a intervenção de terceiro;
- c) a incompetência territorial dá azo à extinção do feito sem resolução do mérito;
- d) os recursos, em regra, têm efeitos suspensivo;

**DIREITO PENAL****Questão 58**

Marcelo praticou um crime X, cuja pena era de 02 a 04 anos de reclusão. Devidamente processado, José foi condenado definitivamente pela prática do referido crime. Durante o cumprimento da pena, sobreveio Lei nova reduzindo pela metade a pena do crime X.

Nesse caso:

- a) A lei nova será aplicável, cabendo ao Juiz da execução penal a aplicação da lei nova mais benéfica.

- b) A lei nova será aplicável, cabendo ao Juiz da condenação a aplicação da lei nova mais benéfica.
- c) A lei nova não será aplicável, eis que já houve condenação transitada em julgada.
- d) A lei nova não será aplicável, exceto se houver requerimento expresso da defesa.

**Questão 59**

Jonas, querendo matar Maria, coloca uma bomba-relógio, programada para explodir quando Maria estiver no veículo, indo para o trabalho. Jonas, todavia, sabe que Maria sempre vai para o trabalho com seu filho de 03 anos no banco de trás, para deixá-lo antes na escola. Sabe Jonas, portanto, que a bomba fatalmente matará também o filho de Maria. No dia programado, Maria liga a ignição do veículo e a bomba explode, matando Maria e seu filho.

Neste caso:

- a) Jonas agiu com dolo direto de primeiro grau em relação a Maria e dolo direto de segundo grau em relação ao filho de Maria.
- b) Jonas agiu com dolo direto de primeiro grau em relação a Maria e dolo eventual em relação ao filho de Maria.
- c) Jonas agiu com dolo direto de segundo grau em relação a Maria e dolo eventual em relação ao filho de Maria.
- d) Jonas agiu com dolo direto de primeiro grau em relação a ambos.

**Questão 60**

José, com 17 anos e 11 meses de idade, disparou projéteis de arma de fogo contra Maria, com *animus necandi* (intenção de matar). Maria foi alvejada e levada para o hospital, onde ficou internada por três meses, vindo a falecer em razão dos ferimentos provocados pela conduta de José.

Assustado com as consequências de seu ato, José pergunta a você, na qualidade de advogado, o que pode ser alegado em sua defesa. Você deverá responder que:

- a) é possível alegar a atenuante da menoridade relativa.
- b) é possível alegar inimputabilidade penal, eis que José tinha menos de 18 anos na data do crime.
- c) não é possível alegar inimputabilidade penal, pois Maria morreu quando José já tinha 18 anos.
- d) é possível alegar a ocorrência de crime tentado e não consumado, eis que o lapso temporal transcorrido afasta o nexo de causalidade entre a conduta e o resultado.

**Questão 61**

Bruno, maior e capaz, entrou em uma loja que vende *smartphones* com o fim de furtar alguns aparelhos. Todavia, a loja possui sistema de vigilância por câmeras, bem como

diversos agentes de segurança. Bruno colocou dois aparelhos no bolso e, ao tentar sair da loja, foi detido por um dos seguranças.

Procurado pela família de Bruno, você deverá esclarecer quanto ao fato que:

- a) Nessa situação configura-se crime impossível por ineficácia absoluta do meio, já que não havia qualquer chance de Bruno conseguir consumir o crime.
- b) ocorreu crime de furto na modalidade tentada.
- c) ocorreu crime de furto na modalidade consumada.
- d) houve desistência voluntária.

**Questão 62**

Maria, ex-namorada de Ricardo, inconformada com o término da relação, comparece à delegacia de polícia da região e informa que seu ex-namorado foi o autor de um crime de roubo ocorrido dois dias antes na localidade, mesmo sabendo que Ricardo não teve qualquer relação com a empreitada criminosa. O delegado de polícia, em razão das informações prestadas por Maria, instaura inquérito policial para apurar os fatos.

Neste caso, é correto afirmar que Maria:

- a) não praticou crime algum, vez que exerceu seu legítimo direito de provocar a ação da autoridade policial.
- b) praticou o crime de calúnia, pois imputou ao ex-namorado fato definido como crime.
- c) praticou o crime de comunicação falsa de crime.
- d) praticou o crime de denúncia caluniosa.

**Questão 63**

No dia 05.10.2011 Pedro praticou um crime de furto simples, tendo a denúncia sido recebida em 06.03.2013. Devidamente processado, Pedro foi condenado à pena de 01 ano de reclusão e 10 dias-multa, com sentença publicada em 18.11.2017. O MP, devidamente intimado, não recorreu, havendo o trânsito em julgado para a acusação. A defesa interpôs recurso de apelação.

Quanto à prescrição, é correto afirmar que:

- a) ocorreu a prescrição da pretensão punitiva retroativa.
- b) ocorreu a prescrição da pretensão punitiva ordinária, ou comum.
- c) ocorreu a prescrição da pretensão punitiva superveniente.
- d) não ocorreu a prescrição da pretensão punitiva.

GABARITO: Letra A

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### Questão 64

Júlio, prefeito de determinado município, desviou verbas transferidas pela União ao município, e ainda sujeitas a prestação de contas perante órgão federal.

Neste caso, no que tange à competência, é correto afirmar que:

- a) Compete ao TRF da região em que o município está localizado processar e julgar Júlio pelo crime de peculato praticado.
- b) Compete ao Tribunal de Justiça do estado que o município está localizado processar e julgar Júlio pelo crime de peculato praticado.
- c) Compete à Justiça Federal de primeira instância processar e julgar Júlio pelo crime de peculato praticado.
- d) Compete à Justiça Estadual de primeira instância processar e julgar Júlio pelo crime de peculato praticado.

### Questão 65

Maria foi vítima de um crime de injúria simples (art. 140 do CP), praticado por José e Pedro. O crime de injúria é crime de ação penal privada, e Maria pretende ajuizar queixa-crime em desfavor de José, mas não pretende processar Pedro, por quem nutre amor não correspondido.

Diante disso, Maria procura você para indagar sobre a possibilidade de ajuizar a queixa-crime somente contra José. Você, na qualidade de advogado, deverá informar que:

- a) Maria poderá ajuizar a queixa-crime apenas contra José, e terá o prazo de 06 meses, a contar da ciência da autoria, para fazê-lo.
- b) Maria poderá ajuizar a queixa-crime apenas contra José, e terá o prazo de 06 meses, a contar da data do fato, para fazê-lo.
- c) Maria não poderá ajuizar a queixa-crime apenas contra José, pelo princípio da indisponibilidade da ação penal privada.
- d) Maria não poderá ajuizar a queixa-crime apenas contra José, pelo princípio da indivisibilidade da ação penal privada.

### Questão 66

O MP, em determinado processo penal instaurado contra José pela prática do crime de roubo, arrolou como testemunhas de acusação Maria, irmã de José, e Ricardo, padre que teria conhecimento, em razão de seu ministério religioso, de uma suposta confissão de José.

José pretende impugnar as testemunhas e solicita sua orientação jurídica neste caso. Você, como advogado, deverá esclarecer que:

- a) Maria está dispensada de depor, mas pode depor caso tenha interesse, não prestando, neste caso, compromisso de dizer a verdade; Ricardo, todavia, não pode depor sobre os fatos de que teve conhecimento no exercício de sua função, salvo se desobrigado por José.
- b) Maria está proibida de depor; Ricardo, por sua vez, não pode depor sobre os fatos de que teve conhecimento no exercício de sua função, nem mesmo se desobrigado por José.
- c) Maria e Ricardo são dispensados de depor, mas podem depor caso tenham interesse, não prestando, neste caso, compromisso de dizer a verdade.
- d) Maria e Ricardo são dispensados de depor, mas podem depor caso tenham interesse, e prestarão compromisso de dizer a verdade.

**Questão 67**

Em determinado processo pela prática do crime de latrocínio, o Juiz decreta a prisão preventiva de Maria, que tem um filho de 11 anos de idade, de Paulo, que possui 75 anos de idade, e de Pedro, que está extremamente debilitado por motivo de doença grave.

Maria, Paulo e Pedro procuram você para, na qualidade de advogado, solicitar orientação quanto à possibilidade de substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar. Você deverá informar que:

- a) O Juiz poderá substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar apenas de Maria.
- b) O Juiz poderá substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar apenas de Maria e Paulo.
- c) O Juiz poderá substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar apenas de Maria e Pedro.
- d) O Juiz poderá substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar nos três casos.

**Questão 68**

José, primário, foi processado pela prática do crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo, tendo sido condenado a uma pena de 05 anos e 04 meses de reclusão, em regime semiaberto. Após cumprir 01 anos da pena privativa de liberdade imposta, José requer ao Juízo o benefício da progressão de regime, tendo sido o benefício indeferido pelo Juízo, ao argumento de que José não havia cumprido o tempo mínimo no regime semiaberto para obter a progressão de regime, por se tratar de crime hediondo.

Você, na qualidade de José, a fim de impugnar a decisão, deverá:

- a) impetrar habeas corpus, alegando que não se trata de crime hediondo, sendo suficiente o cumprimento de 1/6 da pena, requisito preenchido por José.
- b) interpor recurso em sentido estrito, alegando que não se trata de crime hediondo, sendo suficiente o cumprimento de 1/6 da pena, requisito preenchido por José.
- c) interpor agravo em execução, alegando que não se trata de crime hediondo, sendo suficiente o cumprimento de 1/6 da pena, requisito preenchido por José.

d) interpor agravo em execução, alegando que, apesar de se tratar de crime hediondo, José já cumpriu o período mínimo de pena no regime semiaberto.

**Questão 69**

Pedro foi condenado definitivamente pela prática do crime de estupro, praticado contra Maria, que tinha 25 anos de idade na época do delito. Durante o cumprimento da pena, a família de Pedro descobre um vídeo no qual fica evidenciado que o ato sexual entre Pedro e Maria se deu de forma consensual.

Procurado pela família de Pedro, que pretendem saber quais medidas podem ser adotadas, você deverá esclarecer que:

- a) será possível impetrar habeas corpus, com vistas à anulação do processo.
- b) será possível ajuizar revisão criminal, por se tratar de prova nova, capaz de conduzir à absolvição. Todavia, só poderá a ação ser ajuizada enquanto não estiver extinta a pena.
- c) será possível ajuizar revisão criminal, por se tratar de prova nova, capaz de conduzir à absolvição. A revisão criminal poderá ser ajuizada durante o cumprimento da pena ou após.
- d) será possível peticionar ao Juízo da execução requerendo a análise da prova nova.

**DIREITO DO TRABALHO****Questão 70**

Maria é auxiliar de limpeza em um grande Hospital especializado em infectologia, o que a faz ter grande contato com agentes insalubres, e perceber adicional em grau máximo.

Contudo, ao descobrir o seu estado gravídico, prontamente comunicou a sua chefia imediata, a qual verificou não haver possibilidade de a empregada ser transferida para um ambiente salubre.

Diante desta situação, assinale a alternativa correta:

- a) Maria deverá ser afastada imediatamente de suas atividades, uma vez que a sua gravidez será considerada como de risco, o que ensejará a percepção de salário-maternidade, durante todo o período de afastamento.
- b) Maria poderá continuar exercendo suas atividades, desde que apresente atestado de saúde, emitido por médico de sua confiança, do sistema privado ou público de saúde, e que autorize a sua permanência no exercício de suas atividades.
- c) Maria deverá ser afastada imediatamente de suas atividades, já que a sua gravidez será considerada como de risco, o que ensejará a permanência do pagamento de seu salário e demais direitos trabalhistas, a cargo do empregador.
- d) Maria deverá ter rescindido o seu contrato de trabalho, em razão da impossibilidade da prestação de serviços, hipótese em que será indenizada.

**Questão 71**

Luara, operadora de telemarketing, foi acometida de fortes dores na coluna, após ter sofrido uma queda durante as atividades de ginástica laboral proposta pela empregadora, sendo, inclusive, diagnosticada com uma fratura na lombar, o que resultou na redução de sua capacidade laborativa, conforme atestado em perícia.

Nesta situação, estando à empregada afastada há 30 dias de suas atividades laborativas, com percepção de auxílio doença acidentário, o seu contrato de trabalho:

- a) estará suspenso, hipótese que ensejará direito a manutenção dos depósitos do FGTS, bem como tornar-se-á detentora de estabilidade provisória, quando retornar as suas atividades.
- b) estará interrompido, já que o INSS arcará com o benefício previdenciário correspondente.
- c) estará interrompido, sendo que Luara não gozará de estabilidade, uma vez que o seu afastamento não foi por período superior a seis meses.
- d) estará suspenso, hipótese que não ensejará direito a manutenção dos depósitos do FGTS, mas tornar-se-á detentora de estabilidade provisória, quando retornar as suas atividades.

### Questão 72

Marlene foi vendedora em uma Loja de Cosméticos, “Beleza Pura” Ltda., quando pôde aprender técnicas de venda, bem como observar o alto potencial de tais produtos no mercado.

Assim, visualizando a possibilidade de conseguir elevar o seu padrão financeiro mensal, Marlene começou a revender a suas colegas de trabalho, por meio de catálogos, os produtos da marca “Corujinha”, sendo esta a maior concorrente de sua empregadora.

A empreitada de Marlene durou seis meses, quando foi descoberta por sua gerente, e imediatamente dispensada por justa causa.

Diante da situação retratada, assinale a alternativa correta:

- a) A dispensa por justa causa foi incorreta, hipótese que a empregada deverá ser reintegrada ou ser indenizada por todo o período.
- b) A dispensa por justa causa foi corretamente aplicada, uma vez que configurado ato de concorrência desleal, e devido tornar-se-á o pagamento de saldo de salário e férias integrais + 1/3.
- c) A dispensa por justa causa foi corretamente aplicada, uma vez que configurada improbidade, e será devido o pagamento de todas as verbas rescisórias, com exceção ao direito do FGTS e multa de 40%.
- d) A dispensa por justa causa foi corretamente aplicada, uma vez que configurado mau procedimento, situação em que o empregado fará jus tão somente ao saldo de salário.

### Questão 73

A Indústria Química “EVA”, objetivando um aumento em sua produtividade no setor químico, decide firmar um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) com o Sindicato dos empregados para a prorrogação da jornada daqueles que laboram em ambiente eminentemente insalubre, sem a necessidade de licença prévia do Ministério do Trabalho.

Diante do acordo firmando e pelos objetivos da empresa, assinale a alternativa correta:

- a) O Acordo Coletivo de Trabalho celebrado é válido e apto a autorizar a prorrogação da jornada de trabalho nas atividades insalubres, e sem a necessidade de licença prévia.
- b) O Acordo Coletivo de Trabalho é inválido, eis que impossível a prorrogação da jornada nas atividades insalubres.
- c) Inválido o Acordo Coletivo de Trabalho firmado, eis que as disposições acerca de prorrogação de jornada, em atividades insalubres, somente poderão ser objeto de Convenção Coletiva de Trabalho.
- d) Inválido o Acordo Coletivo de Trabalho firmado, eis que o instrumento legal não é apto a dispensar a licença prévia do Ministério do Trabalho para fins de prorrogação de jornada em atividades insalubres.

#### **Questão 74**

A empresa de segurança "FORÇA E FOCO" Ltda. se revela preocupada com a segurança de seus empregados, e proíbe o uso do uniforme fora do ambiente laboral.

As novas regras da empresa fizeram com que os empregados se valessem de 15 minutos para se vestir e despír, no início e encerramento das atividades laborativas.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta:

- a) O tempo utilizado para a troca do uniforme integra a jornada de trabalho dos empregados, uma vez que refere-se a exigência do empregador.
- b) O tempo utilizado para a troca do uniforme, não integra a jornada de trabalho do empregado, pois não superior a 30 minutos diários.
- c) O tempo utilizado para a troca do uniforme integra a jornada de trabalho dos empregados, independente da exigência do empregador para que essa aconteça dentro ou fora da empresa.
- d) O tempo utilizado para troca do uniforme, integra a jornada de trabalho dos empregados, hipótese que sempre implicará no pagamento do respectivo período como labor extraordinário.

#### **Questão 75**

A empresa, “Alimentação Vida Leve” Ltda., decide aumentar a quantidade de benefícios a serem fornecidos para os seus empregados através de regulamento da empresa.

O setor de recursos humanos faz uma análise acerca da viabilidade dos benefícios a serem concedidos, conforme sugestão dos sócios, e optam em conceder habitação e alimentação.

Desta forma, a empresa concedendo habitação e a alimentação como salário-utilidade, estas deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a:

- a) 12% e 18% do salário contratual
- b) 15% e 10% do salário contratual
- c) 25% e 20% do salário contratual
- d) 20% e 15% do salário contratual

## DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

### Questão 76

A Associação “Roserval Junior”, entidade sem fins lucrativos, e a empresa “Corujão” Ltda. foram condenadas em Reclamação Trabalhista, sendo a primeira, de forma subsidiária, e a segunda, como devedora principal, já que foi empregadora direta do reclamante, apesar de atualmente encontrar-se em recuperação judicial.

Desta forma, as empresas foram condenadas a pagarem ao reclamante o valor total de R\$ 100.000,00.

Tendo ciência de que ambas pretendem recorrer da sentença, assinale a alternativa correta, em relação ao depósito recursal:

- a) Nenhuma das reclamadas precisará fazer o recolhimento do depósito recursal, tendo em vista tratar-se de entidade sem fins lucrativos e de empresa em recuperação judicial.
- b) O depósito recursal deverá ser recolhido por ambas as reclamadas, não importando tratar-se de entidade sem fins lucrativos e de empresa em recuperação judicial, tendo em vista que o depósito tem por finalidade a garantia do juízo.
- c) A Associação “Roserval Junior” deverá recolher o depósito recursal pela metade, em razão de ser uma entidade sem fins lucrativos e, em contrapartida, a empresa “Corujão” Ltda. não precisará realizar o recolhimento do depósito, já que se encontra em recuperação judicial.
- d) Ambas as reclamadas deverão recolher pela metade o depósito recursal, tendo em vista que o benefício aplica-se para as entidades sem fins lucrativos, assim como as empresas em recuperação judicial.

### Questão 77

Luís foi dispensado em 01/12/2017 pelo seu ex-empregador, Banco “Din Din”, sob alegação de desídia, e sem que ficasse demonstrado qualquer ato do empregado neste sentido.

Inconformado com a situação, e sendo recém-formado em Direito, Luís decide ingressar com Reclamação Trabalhista, atuando em causa própria, e requerendo a conversão da dispensa por justa causa em imotivada.

Neste sentido, no que tange aos honorários advocatícios, assinale a alternativa correta:

- a) Em caso de procedência da demanda, Luís, ainda que atuando em causa própria, fará jus aos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 15% sobre o valor que resultar a liquidação da sentença.
- b) Luís fará jus aos honorários advocatícios sucumbenciais somente no caso de procedência total da demanda.
- c) Os honorários advocatícios sucumbenciais não são devidos para aqueles que estejam atuando em causa própria.
- d) Em caso de procedência parcial da demanda, o magistrado arbitrará os honorários de sucumbência recíproca, hipótese que, ainda, se autoriza a compensação entre os honorários.

### Questão 78

Luan, ex-empregado da empresa “Sapatos de Grife” Ltda., ingressou com Reclamação Trabalhista perante o seu ex-empregador, requerendo o pagamento de diversas verbas que acreditava fazer jus. Em 15/02/2018 foi prolatada a sentença de total improcedência, tendo-se operado, neste momento, o trânsito em julgado.

No entanto, depois de um ano de ter sido sentenciada a demanda, Luan descobriu que o magistrado atuante no processo era irmão da reclamada, o que acredita ter comprometido a imparcialidade no julgamento.

Com base no caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) Luan poderá ingressar com ação rescisória, tendo como motivo a suspeição do magistrado, sendo requisito para propositura da ação, o depósito prévio de 5% (cinco por cento) do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor.
- b) Luan poderá ingressar com ação rescisória, tendo como motivo o impedimento do magistrado, sendo requisito para propositura da ação, o depósito prévio de 20% (vinte por cento) do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor.
- c) Luan poderá ingressar com ação anulatória, tendo como motivo o impedimento do magistrado, independente de depósito prévio.
- d) Luan poderá ingressar com medida cautelar, tendo como motivo o impedimento do magistrado.

### Questão 79

Em reclamação trabalhista, cujo valor da causa correspondeu a R\$ 10.000,00, uma Fundação pública estadual, XPTO, pretende a anulação da sentença, sob alegação de cerceamento de defesa, pois teve indeferida a oitiva de sua terceira testemunha, que seria imprescindível à prova de suas alegações. Nesse caso, admitindo a veracidade da alegação de imprescindibilidade da prova,

- a) a sentença não pode ser anulada, pois a demanda seguiu o rito sumaríssimo.

- b) a sentença deve ser anulada, tendo em vista a flagrante violação do amplo direito de defesa, pois a Fundação poderia ouvir até seis testemunhas.
- c) a sentença deve ser anulada, pois não se aplica o rito sumaríssimo à hipótese.
- d) a sentença deve ser anulada, pois o direito à oitiva de três testemunhas é uma faculdade da Fundação pública, mesmo que seja observado o rito sumaríssimo.

**Questão 80**

Igor, funcionário da montadora de veículos “Turbinados” S/A, é dirigente sindical e incorreu em falta grave. A empregadora, prontamente, suspendeu o empregado, deixando de pagá-lo salários a partir daí. Pretende a empregadora demitir Fernando. Em relação ao regramento aplicável à espécie para dispensa do empregado, assinale a alternativa correta.

- a) A empresa “Turbinados” S/A deverá proceder à instauração de inquérito para apuração da falta para dispensa do empregado perante a Justiça do Trabalho, apresentando reclamação escrita perante a Vara do Trabalho ou Juízo de Direito no prazo prescricional de 2 anos.
- b) A empresa “Turbinados” S/A deverá proceder à instauração de inquérito para apuração da falta para dispensa do empregado perante a Justiça do Trabalho, apresentando reclamação escrita perante a Vara do Trabalho ou Juízo de Direito dentro de 30 dias contados da data da suspensão do empregado, podendo ouvir, para provar os fatos alegados, até 6 testemunhas.
- c) Ainda que reconhecida a estabilidade do empregado, se provado o cometimento da falta grave e julgado procedente o inquérito, este não terá direito ao pagamento dos salários não pagos até a data de instalação do inquérito.
- d) A empresa deverá apresentar reclamação escrita perante a Vara do Trabalho ou Juízo de Direito dentro de 30 dias contados da data da suspensão do empregado, podendo ouvir, para provar os fatos alegados, até 3 testemunhas.